

Diretor do Iphan nega autorização

O diretor do Depam/Iphan, Dalmir Vieira, declarou ontem que o projeto do Hotel Hilton no Comércio ainda não foi liberado, pois o órgão formulou apenas diretrizes para que o grupo português Imocom reelabore a proposta, que ainda deverá ser submetida à aprovação. A respeito da permissão da altura do hotel de 17 andares (51m), ele afirma que o órgão admitiu a possibilidade de utilizar o espaço, normalmente ocupado em outros prédios por reservatórios

e caixas de elevadores, para "fechar" a conta da área útil requerida pelo empreendimento. "Essa solução não acarreta danos à percepção e visibilidade da relação paisagística estabelecida na região do Comércio".

Vieira nega que tenha havido interferência irregular do Depam sobre o parecer dos técnicos da superintendência regional do Iphan/BA. Ele declara que a decisão de viabilizar o projeto do grupo português se deve à necessida-

de de investimentos para a revitalização do Comércio. A assessoria de imprensa do Iphan confirmou que, em novembro do ano passado, o Ministério da Cultura "solicitou agilidade na análise do pleito", mas o pedido não interferiu na autonomia deliberativa do instituto.

Representantes do Ministério da Cultura não foram encontrados para comentar o assunto. A assessoria de comunicação do estado negou que o governador Jaques

Wagner tenha feito qualquer tipo de pressão para a aprovação do projeto. Informou ainda que coube ao próprio Wagner a tentativa de atrair o empreendimento, por entender que se trata de uma obra importante para a revitalização do Comércio. A assessoria comunicou também que Jaques Wagner não pretendeu atropelar qualquer regulamentação do Iphan.

Já o vereador Silvoney Sales afirma não ver irregularidades na Emenda nº 249 do

PDDU, redigida com base no parecer do Depam sobre o Hotel Hilton. "Minha interpretação é que poderia ser estendida a permissão de construção de edifícios de 51m em áreas contíguas ao Comércio, visando à revitalização do bairro".

A reportagem tentou entrar em contato, sem sucesso, com a secretária municipal de Planejamento, Kátia Carmelo, e com o chefe do Escritório de Revitalização do Comércio, Marcos Cidreira.

➤ Iphan: teria sido onisso quanto à aprovação de artigos de aumento de gabarito da orla e do Centro Histórico, além de ter cometido irregularidade na avaliação do projeto do Hotel Hilton. O órgão, por sua vez, afirma que prepara a publicação de uma portaria para se sobrepor ao que está definido pela lei municipal.

➤ Ibama e CRA: O primeiro se omitiu a respeito das alterações impostas à região da orla marítima e na Avenida Paralela, caracterizadas como predominante residencial. A presidente do Ibama, Célia Costa Pinto, rejeita a acusação ao afirmar que o órgão não teria competência legal sobre artigos do PDDU. Já o CRA teria dado licenciamento ambiental a empreendimento imobiliário pernicioso às áreas de remanescentes de Mata Atlântica.

➤ Câmara dos Vereadores: acusações de aprovar emendas ilegais, aceitar coação da prefeitura para aprovar projetos, tramitar de maneira irregular o PDDU e não promover discussão necessária sobre a questão

➤ Prefeitura: Praticar atos ilegais como modificação do PDDU, sancionar artigos que têm legislação nas três esferas públicas, ignorar relatórios de órgãos municipais sobre alterações na orla e na Paralela, ingerência sobre a condução dos projetos na Câmara de Vereadores. A Procuradoria Geral do Município só se pronuncia quando estiver de posse dos autos do processo.